



Estado de Goiás
CÂMARA MUNICIPAL
SANTA HELENA DE GOIÁS

EMENDA - NR 29/2025

Autoria: TIAGO CARDOSO ALVES

SANTA HELENA DE GOIAS, GO, 3 de Dezembro de 2025

“Acrescenta dispositivo ao Projeto de Lei nº 280/2025, que declara utilidade pública municipal a Associação Novo Horizonte.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA HELENA DE GOIÁS APROVA E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE EMENDA:

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 280/2025, QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

Art. 1º Fica acrescido o **Art. 3º** ao Projeto de Lei Ordinária nº 280/2025, com a seguinte redação:

Art. 3º A entidade declarada de Utilidade Pública Municipal deverá apresentar, anualmente, à Câmara Municipal de Santa Helena de Goiás, relatório de suas atividades, bem como prestação de contas dos recursos públicos eventualmente recebidos.

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua aprovação.

Tiago Cardoso Alves
VEREADOR- PP



JUSTIFICATIVA

A presente **Emenda Aditiva** ao Projeto de Lei nº 280/2025 tem como objetivo aprimorar o texto original, garantindo maior transparência, responsabilidade e controle social sobre as entidades que venham a ser declaradas de **Utilidade Pública Municipal** no âmbito do Município de Santa Helena de Goiás.

A inclusão do **Art. 3º** estabelece que tais entidades deverão apresentar **anualmente à Câmara Municipal** um relatório detalhado de suas atividades, acompanhado da **prestação de contas dos recursos públicos eventualmente recebidos**.

Trata-se de medida necessária e plenamente alinhada aos princípios constitucionais da **publicidade, moralidade, eficiência e transparência**, previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como às diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige controle rigoroso sobre a aplicação de recursos públicos e a demonstração de resultados.

Considerando que a declaração de utilidade pública pode permitir que a entidade receba verbas, subvenções, emendas parlamentares ou outros tipos de apoio financeiro do Município, é fundamental que o Poder Legislativo — órgão responsável pela fiscalização financeira e orçamentária — tenha acesso periódico às informações que comprovem o bom uso desses valores.

Além disso, a obrigação de apresentação anual de relatórios incentiva boas práticas de gestão, fortalece a credibilidade institucional das entidades e assegura maior confiança da sociedade na destinação dos recursos públicos.

Assim, a Emenda ora apresentada **não cria despesas, não altera a finalidade da proposição**, e contribui para o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e acompanhamento das entidades reconhecidas como de utilidade pública.

Tiago Cardoso Alves
VEREADOR -PP